

## **O JUDICIÁRIO E A REGULAÇÃO DOS MERCADOS**

**EDSON CARVALHO VIDIGAL\***

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Sempre que ouvimos falar, hoje, em Mercado já não nos ocorre mais apenas aquela idéia antiga da aquisição de produtos, perecíveis ou não, nas chamadas feiras livres em que os preços oscilavam, ou ainda oscilam, conforme uma única lei, inimendável e irrevogável, a nossa clássica e perene lei da oferta e da procura.

(Conta-se, jocosamente, sobre um General governante que, revoltado com o aumento do preço da carne nos açougues, soube por um assessor economista que o problema estava na lei da oferta e da procura. S. Ex<sup>a</sup>, então, teria determinado ao Assessor Jurídico redigisse com urgência um decreto, revogando expressamente a famigerada lei da oferta e da procura).

Ora, enquanto houver mercado, e mercado sempre haverá – porque mercado é isso, é oferta e é procura, enquanto as relações na economia se vincularem a demandas, essa lei da oferta e da procura nunca será revogada.

Então, o que nos resta, num Estado de Direito Democrático, como o da nossa Constituição republicana, que queremos construir; o que nos resta é não consentir na reinação absoluta do mercado, deixando-o solto como um alazão desembestado, nas mais diversas vertentes da economia; o que nos resta é não permitir que os mercados escapem à regulação democrática das leis, por conseguinte ao controle pelo Judiciário.

As exposições com que fomos contemplados pelos ilustres conferencistas nos dias deste Seminário ensejaram a cada um de nós, novas reflexões. Como dizia o poeta, citado Ernesto Guevara, já não



---

\*Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir da Constituição de 1988.  
Palavras no encerramento do Seminário "O Judiciário e a Regulação dos Mercados".

somos, nessa idéia, como éramos antes, dispersos – agora já somos mais que dois.

Agora estamos mais acordados para essas conversas sobre essas coisas de mercado.

Importante que o Judiciário se mostre, sensível como tem sido, para encarar também, e logo, essa necessidade de regulação dos mercados.

Obrigado a todos, em especial, aos que contribuíram diretamente para o sucesso deste Seminário. Obrigado ao Min. César Asfor Rocha, Ministro Coordenador-Geral da Justiça Federal; ao doutor Eros Roberto Grau, Professor titular da Universidade de São Paulo/USP; ao doutor Márcio Couto, Superintendente Executivo da Agência Nacional de Telecomunicações/ANATEL; ao doutor Arthur Barrionuevo Filho, Professor da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Ao doutor Pedro Dutra, Advogado, São Paulo; ao doutor Fernando Quadros da Silva, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciário do Paraná, Curitiba/PR; ao doutor Valmir Campelo, Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União; ao doutor José Mário Miranda ABDO, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica/ANEEL; ao doutor Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; ao doutor Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, Subprocurador-Geral da República; à professora Lúcia Valle Figueiredo Collarile, ex-magistrada e agora atuante advogada, São Paulo; ao doutor Sérgio Ferraz, Advogado, Rio de Janeiro; à ilustre Deputada Federal Telma de Sousa; ao doutor Edgard Silveira Bueno Filho, advogado, São Paulo; ao doutor Paulo Sérgio Domingues, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil/AJUFE e à nossa querida colega, Ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça.

Grato a todos pelo prestígio da presença e pela produtiva participação.

Estão encerrados os trabalhos.